

## **Aula 16**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Direito Processual Penal -  
2025 (Pós-Edital)*

Autor:

**Marcella Mendes**

29 de Maio de 2025

# SIMULADO

## Sumário

<i>Introdução</i> .....	2
<i>Questões Estratégicas</i> .....	2
<i>Gabarito</i> .....	2
<i>Questões Comentadas</i> .....	11



## INTRODUÇÃO

A resolução de questões objetivas é imprescindível para nossa preparação. Dessa forma, elaboraremos simulados periódicos para que você, querido aluno, consiga revisar a matéria e identificar a forma de cobrança do conteúdo, pelos concursos públicos, beleza? Este Simulado contempla questões INÉDITAS e abordará os assuntos das aulas anteriores.

## QUESTÕES ESTRATÉGICAS



**1. O Supremo Tribunal Federal entendeu ser possível a impetração de habeas corpus coletivo. Com base na afirmação, é legitimado para propor habeas corpus coletivo, exceto:**

- a) O Ministério Público.
- b) O advogado legalmente constituído.
- c) O partido político com representação no Congresso Nacional.
- d) A organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano.
- e) A Defensoria Pública.

**2. De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, não cabível habeas corpus, exceto:**

- a) Para questionar a imposição de pena de medidas cautelares diversas da prisão.
- b) Para discutir processo criminal envolvendo o artigo 28 (usuário) da lei de drogas.
- c) Para reexame de pressupostos de admissibilidade de recurso.
- d) Para discutir a tipificação de fato.
- e) Para obter autorização de visita em presídio.



**3. O *habeas corpus*, de acordo com os Tribunais Superiores é o instrumento jurídico correto para:**

- a) Discutir afastamento de função pública.
- b) Trancar ação de impeachment.
- c) Trancar a ação penal, que de forma inequívoca manifestarem-se sobre a inocência do acusado, a atipicidade da conduta ou a extinção da punibilidade.
- d) Para questionar pena de suspensão do direito de dirigir.
- e) Combater a decisão monocrática de Ministro do STF.

**4. De acordo com o Código de Processo Penal, e os tribunais superiores, assinale a alternativa correta com relação ao *habeas corpus* e seu processo.**

- a) Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, inclusive nos casos de punição disciplinar.
- b) A pronúncia do réu não retira o constrangimento ilegal por excesso de prazo na instrução processual.
- c) Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa.
- d) O *habeas corpus* pode ser manejado como sucedâneo da revisão criminal.
- e) Pessoa jurídica não pode impetrar *habeas corpus* em favor do seus sócios.

**5. Com relação a competência para o julgamento do *Habeas corpus*, se o coator for desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é competente para julgar o *habeas corpus* o:**

- a) STF.
- b) STJ.
- c) Tribunal pleno do TJRJ.
- d) TRF.
- e) Juiz de direito.

**6. De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, o *habeas corpus* somente poderá ser instrumento apto para trancar a ação penal, quando excepcionalmente, manifestarem-se de forma inequívoca e patente:**

- a) A extinção da punibilidade.
- b) O estrito cumprimento do dever legal.
- c) A embriaguez culposa.
- d) A legítima defesa putativa.
- e) O exercício regular do direito.



**7. De acordo com os Tribunais Superiores é cabível habeas corpus:**

- a) Para questionar nulidade cujo tema não foi trazido antes do trânsito em julgado da ação originária e tampouco antes do trânsito em julgado da revisão criminal.
- b) Quando não está em jogo a liberdade de locomoção.
- c) Para questionar medida cautelar diversa da prisão.
- d) De decisão monocrática de Ministro do STF.
- e) De decisão transitada em julgado.

**8. De acordo com o Código de Processo Penal, considera-se coação ilegal, exceto:**

- a) Quando o agente estiver preso por mais tempo do que o determinado na lei.
- b) Quando não houver justa causa.
- c) Quando o processo for manifestamente anulável.
- d) Quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei autorize.
- e) Quando extinta a punibilidade.

**9. De acordo com o Código de Processo Penal, é incorreto afirmar:**

- a) O habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, salvo pelo Ministério Público.
- b) A concessão do habeas corpus não obstará, nem porá termo ao processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos daquela.
- c) Se o habeas corpus for concedido em virtude de nulidade do processo, este será renovado
- d) Ordenada a soltura do paciente em virtude de habeas corpus, será condenada nas custas a autoridade que, por má-fé ou evidente abuso de poder, tiver determinado a coação.
- e) Os juízes e os tribunais têm competência para expedir de ofício ordem de habeas corpus, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.



**10. De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.**

- a) Recebida a petição de habeas corpus, o juiz, se julgar necessário, e estiver solto o paciente, mandará que este lhe seja imediatamente apresentado em dia e hora que designar.
- b) A petição de habeas corpus conterá o nome da pessoa que sofre ou está ameaçada de sofrer violência ou coação e o de quem exercer a violência, coação ou ameaça;
- c) Se o juiz ou o tribunal verificar que já cessou a violência ou coação ilegal, julgará o mérito do pedido.
- d) Se o paciente estiver preso, nenhum motivo escusará a sua apresentação.
- e) O juiz não poderá ir ao local em que o paciente se encontrar, se este não puder ser apresentado por motivo de doença.

**11. São órgãos da execução penal, exceto:**

- a) patronato.
- b) departamento penitenciário.
- c) casa de albergado.
- d) juízo da execução.
- e) conselho da comunidade.

**12. Sobre a identificação do perfil genético do acusado prevista na Lei de Execução Penal, é incorreto o que se afirma em:**

- a) A autoridade policial, federal ou estadual, poderá requerer ao juiz competente, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação de perfil genético.
- b) Constitui falta grave a recusa do condenado em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético.
- c) O condenado por crime em que se faz necessária identificação do perfil genético e que não tiver sido submetido à identificação por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional não poderá ser submetido ao procedimento durante o cumprimento da pena.
- d) Os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos na Lei dos Hediondos, serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA por técnica adequada e indolor
- e) Os condenados por crimes culposos não serão submetidos à identificação do perfil genético.



**13. Sobre o trabalho do preso, é correto o que se afirma em:**

- a) O condenado à pena privativa de liberdade não está obrigado ao trabalho, porque o contrário disso seria uma afronta ao princípio da dignidade humana.
- b) O trabalho do preso será remunerado, mas não lhe serão garantidos os benefícios da Previdência Social.
- c) É absolutamente vedado o trabalho extramuros ao condenado em regime fechado.
- d) Para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.
- e) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

**14. A respeito da remição da pena, é incorreto o que se afirma em:**

- a) Cabe ao juiz da execução penal decidir sobre detração e remição de pena.
- b) O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.
- c) Para que o preso possa remir pena em razão de estudo, a contagem deverá ser feita à razão de um dia de pena para cada 12 horas de frequência escolar, divididas em, no mínimo, três dias.
- d) O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos não continuará a beneficiar-se com a remição.
- e) Para que o preso possa remir pena em razão de trabalho, a contagem deverá ser feita à razão de um dia de pena para cada três dias de trabalho.

**15. Considerando as disposições legais e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, responda corretamente.**

- a) Para fins de progressão de regime, não se considera o tráfico privilegiado, previsto no § 4º do art. 33 da Lei no 11.343/2006, como crime equiparado a hediondo.
- b) É adotada, no direito brasileiro, a chamada progressão per saltum.
- c) A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir dispensa motivação.
- d) Em caso de falta grave, o juiz pode revogar todo o tempo remido, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar
- e) A Defensoria Pública não faz parte dos órgãos da execução penal.



**16. Rivaldo foi condenado pelo crime de furto qualificado e cumpre pena em regime semiaberto. O detento deseja conseguir uma saída temporária para visitar a família. Considerando essa situação, podemos afirmar, exceto:**

- a) O juiz poderá conceder a autorização por ato motivado, ouvidos MP e a administração penitenciária e dependerá, também, da satisfação dos seguintes requisitos: comportamento adequado, cumprimento mínimo de um sexto da pena, se o condenado for primário, e um quarto, se reincidente e compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.
- b) A autorização será concedida por prazo até sete dias e pode ser renovada por mais quatro vezes durante o ano.
- c) É imprescindível, para que Rivaldo tenha direito à saída temporária, que haja escolta policial disponível para acompanhá-lo no período em que se ausentar do estabelecimento em que cumpre a pena.
- d) Caso Rivaldo tivesse cometido um crime hediondo com resultado morte, ele não teria direito à saída temporária.
- e) É possível que o juiz da execução, ao autorizar a saída temporária, determine a utilização de equipamento de monitoração eletrônica para o condenado.

**17. O órgão da execução destinado a prestar assistência aos albergados e aos egressos, orientar os condenados à pena restritiva de direitos, fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade e de limitação de fim de semana, colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional é o/a:**

- a) Defensoria Pública.
- b) Conselho Penitenciário.
- c) Departamento Penitenciário Nacional.
- d) Patronato.
- e) Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.





**18. A respeito da progressão de regime no cumprimento da pena, considerando as alterações trazidas pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964 de 2019), podemos afirmar que, exceto:**

- a) Para fazer jus à transferência para o regime menos rigoroso, o preso deve cumprir ao menos 16% (dezesesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.
- b) Para fazer jus à transferência para o regime menos rigoroso, o preso deve cumprir ao menos 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.
- c) Para fazer jus à transferência para o regime menos rigoroso, o preso deve cumprir ao menos 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário.
- d) Para fazer jus à transferência para o regime menos rigoroso, o preso deve cumprir ao menos 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, permitido o livramento condicional.
- e) Para fazer jus à transferência para o regime menos rigoroso, o preso deve cumprir ao menos 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado.

**19. Sobre nulidades no processo penal, assinale a alternativa que apresenta de forma incorreta um enunciado sumulado.**

- a) Súmula 366-STF: É nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia.
- b) Súmula 162-STF: É absoluta a nulidade do julgamento pelo júri, quando os quesitos da defesa não precedem aos das circunstâncias agravantes.
- c) Súmula 351-STF: É nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.
- d) Súmula 707-STF: Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.
- e) Súmula 706-STF: É relativa à nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.



**20. Aponte a alternativa incorreta dentre as que se seguem:**

- a) A falta de defesa é causa de nulidade absoluta.
- b) A deficiência da defesa somente anula o processo se houver prova de prejuízo para o réu.
- c) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais.
- d) É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, inclusive nos casos de recurso de ofício.
- e) As nulidades ocorridas posteriormente à pronúncia, deverão ser arguidas logo depois de anunciado o julgamento e apregoadas as partes.



## Gabarito

GABARITO



1. Letra B
2. Letra A
3. Letra C
4. Letra C
5. Letra B
6. Letra A
7. Letra C
8. Letra C
9. Letra A
10. Letra B
11. Letra C
12. Letra D
13. Letra D
- 14. Letra D
15. Letra B
16. Letra C
17. Letra D
18. Letra D
19. Letra A
20. Letra D



## QUESTÕES COMENTADAS

1. O Supremo Tribunal Federal entendeu ser possível a impetração de habeas corpus coletivo. Com base na afirmação, é legitimado para propor habeas corpus coletivo, exceto:

- a) O Ministério Público.
- b) O advogado legalmente constituído.
- c) O partido político com representação no Congresso Nacional.
- d) A organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano.
- e) A Defensoria Pública.

### Comentários:

**A - Incorreta.** No julgamento em que se admitiu o uso de habeas corpus coletivo e, diante da inexistência de regramento legal para definir seus legitimados, o STF entendeu que, por analogia, os mesmos legitimados do mandado de injunção coletivo, previstos no artigo 12 da Lei 13.300 de 2016. Assim, são legitimados: O Ministério Público; o partido político com representação no Congresso Nacional; a organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano e a Defensoria Pública.

**B - Correta.** O advogado legalmente constituído não encontra referência na Lei 13.300 de 2016.

**C - Incorreta.** No julgamento em que se admitiu o uso de habeas corpus coletivo e, diante da inexistência de regramento legal para definir seus legitimados, o STF entendeu que, por analogia, os mesmos legitimados do mandado de injunção coletivo, previstos no artigo 12 da Lei 13.300 de 2016. Assim, são legitimados: O Ministério Público; o partido político com representação no Congresso Nacional; a organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano e a Defensoria Pública.

**D - Incorreta.** No julgamento em que se admitiu o uso de habeas corpus coletivo e, diante da inexistência de regramento legal para definir seus legitimados, o STF entendeu que, por analogia, os mesmos legitimados do mandado de injunção coletivo, previstos no artigo 12 da Lei 13.300 de 2016. Assim, são legitimados: O Ministério Público; o partido político com representação no Congresso Nacional; a organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano e a Defensoria Pública.

**E - Incorreta.** No julgamento em que se admitiu o uso de habeas corpus coletivo e, diante da inexistência de regramento legal para definir seus legitimados, o STF entendeu que, por



analogia, os mesmos legitimados do mandado de injunção coletivo, previstos no artigo 12 da Lei 13.300 de 2016. Assim, são legitimados: O Ministério Público; o partido político com representação no Congresso Nacional; a organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano e a Defensoria Pública.

## 2. De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, não cabível habeas corpus, exceto:

- a) Para questionar a imposição de pena de medidas cautelares diversas da prisão.
- b) Para discutir processo criminal envolvendo o artigo 28 (usuário) da lei de drogas.
- c) Para reexame de pressupostos de admissibilidade de recurso.
- d) Para discutir a tipificação de fato.
- e) Para obter autorização de visita em presídio.

### Comentários:

**A - Correta** De acordo com a 2ª Turma do STF, é cabível habeas corpus para questionar a imposição de pena de medidas cautelares diversas da prisão.

**B - Incorreta.** Foi esse o entendimento da 1ª Turma do STF no HC 127834/MG.

**C - Incorreta.** Foi esse o entendimento da 1ª Turma do STF no HC 114293/MG.

**D- Incorreta.** Foi esse o entendimento da 1ª Turma do STF no HC 111445/PE.

**E- Incorreta.** Foi esse o entendimento da 1ª Turma do STF no HC 138286.

## 3. O habeas corpus, de acordo com os Tribunais Superiores é o instrumento jurídico correto para:

- a) Discutir afastamento de função pública.
- b) Trancar ação de impeachment.
- c) Trancar a ação penal, que de forma inequívoca manifestarem-se sobre a inocência do acusado, a atipicidade da conduta ou a extinção da punibilidade.
- d) Para questionar pena de suspensão do direito de dirigir.
- e) Combater a decisão monocrática de Ministro do STF.

### Comentários:

**Letra A – Incorreta.** O posicionamento do STF no HC 150059/MS, é de que não cabe habeas para discutir afastamento de função pública.

**Letra B – Incorreta.** O posicionamento do STF no HC 134315, é de que não cabe habeas corpus para trancar processo de impeachment.



**Letra C – Correta.** Foi esse o entendimento do STJ no REsp. 1.046.892-CE.

**Letra D – Incorreta.** Para o STJ, não cabe habeas corpus para questionar pena de suspensão do direito de dirigir.

**Letra E – Incorreta.** Foi esse o entendimento do STF no HC 115787/RJ.

**4. De acordo com o Código de Processo Penal, e os tribunais superiores, assinale a alternativa correta com relação ao habeas corpus e seu processo.**

- a) Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, inclusive nos casos de punição disciplinar.
- b) A pronúncia do réu não retira o constrangimento ilegal por excesso de prazo na instrução processual.
- c) Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa.
- d) O habeas corpus pode ser manejado como sucedâneo da revisão criminal.
- e) Pessoa jurídica não pode impetrar habeas corpus em favor do seus sócios.

**Comentários:**

**A - Incorreta.** De acordo com o artigo 647 do CPP, Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar.

**B - Incorreta.** De acordo com a súmula 21 do STJ, pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução.

**C - Correta.** É o teor da súmula 64 do STJ.

**D - Incorreta.** Na jurisprudência é pacífico que o habeas corpus não pode ser manejado como sucedâneo da revisão criminal à ausência de ilegalidade flagrante em condenação transitada em julgado.

**E - Incorreta.** Pessoa jurídica pode impetrar habeas corpus em favor dos sócios, a petição deve ser assinada pelos representantes legais da pessoa jurídica.

**5. Com relação a competência para o julgamento do Habeas corpus, se o coator for desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é competente para julgar o habeas corpus o:**

- a) STF.
- b) STJ.
- c) Tribunal pleno do TJRJ.



- d) TRF.
- e) Juiz de direito.

#### Comentários:

**A - Incorreta.** De acordo com o artigo 105, I, "c" da CF, a competência é do STJ.

**B - Correta.** De acordo com o artigo 105, I, "c" da CF, a competência é do STJ.

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

- a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;
- c) os **habeas corpus**, quando o coator ou paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea "a", ou quando o coator for tribunal sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)*

**C - Incorreta.** De acordo com o artigo 105, I, "c" da CF, a competência é do STJ.

**D - Incorreta.** De acordo com o artigo 105, I, "c" da CF, a competência é do STJ.

**E - Incorreta.** De acordo com o artigo 105, I, "c" da CF, a competência é do STJ.

**6. De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, o habeas corpus somente poderá ser instrumento apto para trancar a ação penal, quando excepcionalmente, manifestarem-se de forma inequívoca e patente:**

- a) A extinção da punibilidade.
- b) O estrito cumprimento do dever legal.
- c) A embriaguez culposa.
- d) A legítima defesa putativa.
- e) O exercício regular do direito.

#### Comentários:

**A - Correta.** De acordo com o STJ, REsp. 1.046.892-CE, o habeas corpus, por ser uma ação de rito célere, demandar prova pré-constituída e dotada de absoluta certeza, somente poderá ser instrumento apto a trancar a ação penal quando, excepcionalmente, manifestarem-se, de forma



inequívoca e patente a inocência do acusado, a atipicidade da conduta e a extinção da punibilidade.

**B - Incorreta.** Vide comentário da alternativa "a".

**C - Incorreta.** Vide comentário da alternativa "a".

**D - Incorreta.** Vide comentário da alternativa "a".

**E - Incorreta.** Vide comentário da alternativa "a".

### 7. De acordo com os Tribunais Superiores é cabível habeas corpus:

- a) Para questionar nulidade cujo tema não foi trazido antes do trânsito em julgado da ação originária e tampouco antes do trânsito em julgado da revisão criminal.
- b) Quando não está em jogo a liberdade de locomoção.
- c) Para questionar medida cautelar diversa da prisão.
- d) De decisão monocrática de Ministro do STF.
- e) De decisão transitada em julgado.

#### Comentários:

**Letra A – Incorreta.** De acordo com o STF, RHC 124041/GO, não é cabível habeas corpus para questionar nulidade cujo tema não foi trazido antes do trânsito em julgado da ação originária e tampouco antes do trânsito em julgado da revisão criminal.

**Letra B – Incorreta.** De acordo com o STF, HC 122382/SP, não é cabível habeas corpus quando não está em jogo a liberdade de locomoção.

**Letra C – Correta.** Foi esse o entendimento do STF no HC 157627 AgR/PR.

**Letra D – Incorreta.** De acordo com o STF, HC 115787/RJ, não é cabível habeas corpus de decisão monocrática de Ministro do STF.

**Letra E – Incorreta.** De acordo com o STF, RHC 146327/RS, não é cabível habeas corpus de decisão transitada em julgado.

### 8. De acordo com o Código de Processo Penal, considera-se coação ilegal, exceto:

- a) Quando o agente estiver preso por mais tempo do que o determinado na lei.
- b) Quando não houver justa causa.
- c) Quando o processo for manifestamente anulável.
- d) Quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei autorize.
- e) Quando extinta a punibilidade.





### Comentários:

**A - Incorreta.** De acordo com o artigo 648, II do CPP, a alternativa retrata um caso de coação ilegal.

**B - Incorreta.** De acordo com o artigo 648, I do CPP, a alternativa retrata um caso de coação ilegal.

**C - Correta.** Somente haverá coação ilegal, de acordo com o artigo 648, VI do CPP, se o processo for manifestamente NULO.

**D - Incorreta.** De acordo com o artigo 648, V do CPP, a alternativa retrata um caso de coação ilegal.

**E - Incorreta.** De acordo com o artigo 648, VII do CPP, a alternativa retrata um caso de coação ilegal.

### 9. De acordo com o Código de Processo Penal, é incorreto afirmar:

- a) O habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, salvo pelo Ministério Público.
- b) A concessão do habeas corpus não obstará, nem porá termo ao processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos daquela.
- c) Se o habeas corpus for concedido em virtude de nulidade do processo, este será renovado
- d) Ordenada a soltura do paciente em virtude de habeas corpus, será condenada nas custas a autoridade que, por má-fé ou evidente abuso de poder, tiver determinado a coação.
- e) Os juízes e os tribunais têm competência para expedir de ofício ordem de habeas corpus, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.

### Comentários:

**A - Correta.** De acordo com o artigo 654 do CPP, o habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público

**B - Incorreta.** É o teor do artigo 651 do CPP.

**C - Incorreta.** É o teor do artigo 652 do CPP.

**D - Incorreta.** É o teor do artigo 653 do CPP.

**E - Incorreta.** É o teor do artigo 654, § 2º do CPP.



### 10. De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Recebida a petição de habeas corpus, o juiz, se julgar necessário, e estiver solto o paciente, mandará que este lhe seja imediatamente apresentado em dia e hora que designar.
- b) A petição de habeas corpus conterá o nome da pessoa que sofre ou está ameaçada de sofrer violência ou coação e o de quem exercer a violência, coação ou ameaça;
- c) Se o juiz ou o tribunal verificar que já cessou a violência ou coação ilegal, julgará o mérito do pedido.
- d) Se o paciente estiver preso, nenhum motivo escusará a sua apresentação.
- e) O juiz não poderá ir ao local em que o paciente se encontrar, se este não puder ser apresentado por motivo de doença.

#### Comentários:

**A - Incorreta.** De acordo com o artigo 656 do CPP, recebida a petição de **habeas corpus**, o juiz, se julgar necessário, e estiver **PRESO** o paciente, mandará que este lhe seja imediatamente apresentado em dia e hora que designar.

**B - Correta.** De acordo com o artigo 654, § 1º, "a" do CPP, o habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público

**C - Incorreta.** De acordo com o artigo 659 do CPP, Se o juiz ou o tribunal verificar que já cessou a violência ou coação ilegal, julgará **PREJUDICADO** o pedido.

**D - Incorreta.** De acordo com o artigo 657, I, II e III do CPP, se o paciente estiver preso, nenhum motivo escusará a sua apresentação, salvo: I - grave enfermidade do paciente; II - não estar ele sob a guarda da pessoa a quem se atribui a detenção; III - se o comparecimento não tiver sido determinado pelo juiz ou pelo tribunal.

**E - Incorreta.** De acordo com o artigo 657, § único do CPP, o juiz poderá ir ao local em que o paciente se encontrar, se este não puder ser apresentado por motivo de doença.

### 11. São órgãos da execução penal, exceto:

- a) patronato.
- b) departamento penitenciário.
- c) casa de albergado.
- d) juízo da execução.
- e) conselho da comunidade.

#### Comentários:



**A - Incorreta.** O patronato está previsto como órgão na execução penal no art. 61, VI, da LEP. O patronato é destinado especificamente a prestar assistência aos albergados e aos egressos.

**B - Incorreta.** O departamento penitenciário faz parte do rol de órgãos da execução penal. Conforme art. 69 da LEP, o Conselho Penitenciário é órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena.

**C - Correta.** A relação de órgãos da execução penal consta no art. 61 da LEP. A casa de albergado não compõe esse rol, todavia. Trata-se de estabelecimento penal.

**D - Incorreta.** Conforme art. 61, II, da LEP, trata-se de órgão da execução penal.

**E- Incorreta.** Conforme art. 61, VII, e os arts. 80 e 81 da LEP dispõem, o Conselho da comunidade é um órgão da execução penal, composto, no mínimo, por 1 (um) representante de associação comercial ou industrial, 1 (um) advogado indicado pela Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, 1 (um) Defensor Público indicado pelo Defensor Público Geral e 1 (um) assistente social escolhido pela Delegacia Seccional do Conselho Nacional de Assistentes Sociais. A ele, incumbe: visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca; entrevistar presos; apresentar relatórios mensais ao Juiz da execução e ao Conselho Penitenciário; diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento.

## 12. Sobre a identificação do perfil genético do acusado prevista na Lei de Execução Penal, é incorreto o que se afirma em:

- a) A autoridade policial, federal ou estadual, poderá requerer ao juiz competente, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação de perfil genético.
- b) Constitui falta grave a recusa do condenado em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético.
- c) O condenado por crime em que se faz necessária identificação do perfil genético e que não tiver sido submetido à identificação por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional não poderá ser submetido ao procedimento durante o cumprimento da pena.
- d) Os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos na Lei dos Hediondos, serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA por técnica adequada e indolor
- e) Os condenados por crimes culposos não serão submetidos à identificação do perfil genético.

### Comentários:

**Letra A – Incorreta.** A alternativa confere com o art. 9º-A, § 2º, da LEP.

**Letra B – Incorreta.** A alternativa confere o com o art. 9º-A, § 8º, da LEP.



**Letra C – Incorreta.** A alternativa confere com o art. 9º-A, caput, da LEP.

**Letra D – Correta.** De fato, trata-se da alternativa com erro. Ao contrário do que dispõe a assertiva, o art. 9º-A, § 4º, da LEP diz que o condenado deverá ser submetido ao procedimento durante o cumprimento da pena caso não tenha sido feito no ingresso.

**Letra E – Incorreta.** De fato, nem todos os crimes justificam a identificação do perfil genético. Segundo o art. 9º-A, caput, da LEP, apenas os crimes praticados, dolosamente, com violência de natureza grave contra a pessoa e aqueles previstos como hediondos terão essa exigência no início do cumprimento da pena.

### 13. Sobre o trabalho do preso, é correto o que se afirma em:

- a) O condenado à pena privativa de liberdade não está obrigado ao trabalho, porque o contrário disso seria uma afronta ao princípio da dignidade humana.
- b) O trabalho do preso será remunerado, mas não lhe serão garantidos os benefícios da Previdência Social.
- c) É absolutamente vedado o trabalho extramuros ao condenado em regime fechado.
- d) Para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.
- e) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

### Comentários:

**Letra A – Incorreta.** Conforme o art. 31 da LEP dispõe, “o condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.”

**Letra B – Incorreta.** O art. 39 do CP dispõe que o trabalho do preso sempre será remunerado e que os benefícios da Previdência Social lhe serão garantidos.

**Letra C – Incorreta.** Ao contrário do que prevê a assertiva, é possível o trabalho extramuros tanto para o condenado em regime fechado, como àquele em regime semiaberto. Nesse sentido, decidiu o STJ ao julgar o RESP 1.381.315-RJ.

**Letra D – Correta.** É o teor do parágrafo único do art. 31 da LEP.

**Letra E – Incorreta.** Na verdade, o trabalho do preso não segue o regime da CLT mesmo quando executado extramuros. A própria LEP é o instrumento normativo que o regulamenta.

### 14. A respeito da remição da pena, é incorreto o que se afirma em:

- a) Cabe ao juiz da execução penal decidir sobre detração e remição de pena.
- b) O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.
- c) Para que o preso possa remir pena em razão de estudo, a contagem deverá ser feita à razão de um dia de pena para cada 12 horas de frequência escolar, divididas em, no mínimo, três dias.



- d) O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos não continuará a beneficiar-se com a remição.
- e) Para que o preso possa remir pena em razão de trabalho, a contagem deverá ser feita à razão de um dia de pena para cada três dias de trabalho.

#### Comentários:

**Letra A – Incorreta.** A alternativa está de acordo com o art. 66, III, “c”, da LEP.

**Letra B – Incorreta.** A alternativa está de acordo com o art. 126, caput, da LEP.

**Letra C – Incorreta.** A assertiva confere com os critérios de remição de pena por estudo expressos no art. 126, § 1º, I, da LEP.

**Letra D – Correta.** Ao contrário do que dispõe a alternativa, a LEP garante que o preso impossibilitado de prosseguir no trabalho ou nos estudos por conta de acidente possa continuar a se beneficiar com a remição.

**Letra E – Incorreta.** A assertiva confere com os critérios de remição de pena por trabalho expressos no art. 126, § 1º, II, da LEP.

#### 15. Considerando as disposições legais e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, responda corretamente.

- a) Para fins de progressão de regime, não se considera o tráfico privilegiado, previsto no § 4º do art. 33 da Lei no 11.343/2006, como crime equiparado a hediondo.
- b) É adotada, no direito brasileiro, a chamada progressão *per saltum*.
- c) A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir dispensa motivação.
- d) Em caso de falta grave, o juiz pode revogar todo o tempo remido, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar
- e) A Defensoria Pública não faz parte dos órgãos da execução penal.

#### Comentários:

**A - Correta.** A jurisprudência já entendia nesse sentido, mas o Pacote Anticrime fez constar expressamente essa previsão na Lei de Execução Penal.

**B - Incorreta.** A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva. Haverá transferência para o regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o apenado cumprir uma porcentagem determinada do tempo que lhe foi imposto na sentença condenatória. É vedada, no direito brasileiro, a chamada progressão *per saltum*. Isso significa que, para um preso progredir do regime fechado para o regime aberto, ele deverá, necessariamente, passar pelo semiaberto.



**C - Incorreta.** A súmula 719 do STF dispõe que a imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea.

**D - Incorreta.** Em caso de falta grave, o juiz pode revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido.

**E - Incorreta.** A LEP traz, expressamente, a Defensoria Pública como órgão da execução penal. Nesse sentido: art. 61, VIII.

**16. Rivaldo foi condenado pelo crime de furto qualificado e cumpre pena em regime semiaberto. O detento deseja conseguir uma saída temporária para visitar a família. Considerando essa situação, podemos afirmar, exceto:**

a) O juiz poderá conceder a autorização por ato motivado, ouvidos MP e a administração penitenciária e dependerá, também, da satisfação dos seguintes requisitos: comportamento adequado, cumprimento mínimo de um sexto da pena, se o condenado for primário, e um quarto, se reincidente e compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

b) A autorização será concedida por prazo até sete dias e pode ser renovada por mais quatro vezes durante o ano.

c) É imprescindível, para que Rivaldo tenha direito à saída temporária, que haja escolta policial disponível para acompanhá-lo no período em que se ausentar do estabelecimento em que cumpre a pena.

d) Caso Rivaldo tivesse cometido um crime hediondo com resultado morte, ele não teria direito à saída temporária.

e) É possível que o juiz da execução, ao autorizar a saída temporária, determine a utilização de equipamento de monitoração eletrônica para o condenado.

#### Comentários:

**A - Incorreta.** A assertiva está em conformidade com as disposições da saída temporária no art. 123 e seus incisos, na LEP.

**B - Incorreta.** É nesse sentido o art. 124, caput, da LEP.

**C - Correta.** No caso de autorização para saída temporária do estabelecimento não há imposição de vigilância direta.

**D - Incorreta.** De fato, trata-se de uma vedação legal explanada no art. 122, § 2º, da LEP.



**E - Incorreta.** O art. 122, § 1º, da LEP dispõe que: “a ausência de vigilância direta não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução.”

**17. O órgão da execução destinado a prestar assistência aos albergados e aos egressos, orientar os condenados à pena restritiva de direitos, fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade e de limitação de fim de semana, colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional é o/a:**

- a) Defensoria Pública.
- b) Conselho Penitenciário.
- c) Departamento Penitenciário Nacional.
- d) Patronato.
- e) Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

#### Comentários:

**Letra A – Incorreta.** A Defensoria velará pela regular execução da pena e da medida de segurança, oficiando, no processo executivo e nos incidentes da execução, para a defesa dos necessitados em todos os graus e instâncias, de forma individual e coletiva. Suas demais incumbências estão previstas nos arts. 81-A e 81-B da LEP.

**Letra B – Incorreta.** Previsto nos arts. 69 e 70 da LEP, o Conselho tem função de fiscalização e inspeção dos estabelecimentos prisionais, bem como de emitir pareceres sobre indulto e comutação de pena, sem, contudo, ter contato direto com albergados e egressos, como requer a questão.

**Letra C – Incorreta.** Trata-se de órgão executivo e subordinado ao Ministério da Justiça, sem, contudo, ter contato direto com albergados e egressos, como requer a questão.

**Letra D – Correta.** É como dispõe os arts. 78 e 79 da LEP que cuidam do patronato. **Recorrente em provas!!**

**Letra E – Incorreta.** Previsto no art. 64 da LEP, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária tem diversas incumbências ligadas à matéria de políticas públicas e não atua em contato com albergados e egressos, conforme pretende a questão.

**18. A respeito da progressão de regime no cumprimento da pena, considerando as alterações trazidas pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964 de 2019), podemos afirmar que, exceto:**

- a) Para fazer jus à transferência para o regime menos rigoroso, o preso deve cumprir ao menos 16% (dezesesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.





- b) Para fazer jus à transferência para o regime menos rigoroso, o preso deve cumprir ao menos 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.
- c) Para fazer jus à transferência para o regime menos rigoroso, o preso deve cumprir ao menos 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário.
- d) Para fazer jus à transferência para o regime menos rigoroso, o preso deve cumprir ao menos 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, permitido o livramento condicional.
- e) Para fazer jus à transferência para o regime menos rigoroso, o preso deve cumprir ao menos 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado.

#### Comentários:

**Letra A – Incorreta.** A alternativa está regular, conforme o 112, I, da LEP.

**Letra B – Incorreta.** A alternativa tem teor verdadeiro, conforme parágrafo único do art. 112, II, da LEP.

**Letra C – Incorreta.** A alternativa está regular, em conformidade com o art. 112, V, da LEP.

**Letra D – Correta.** De fato, trata-se da alternativa com erro. O percentual está correto. Todavia, é vedado o livramento condicional.

**Letra E – Incorreta.** A alternativa confere com o art. 112, VII, da LEP.

Obs.: O art. 112 da LEP merece atenção especial, pois foi totalmente alterado com o Pacote Anticrime em 2019. Por se tratar de novidade e assunto de alta relevância, certamente será questão de prova.

#### 19. Sobre nulidades no processo penal, assinale a alternativa que apresenta de forma incorreta um enunciado sumulado.

- a) Súmula 366-STF: É nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia.
- b) Súmula 162-STF: É absoluta a nulidade do julgamento pelo júri, quando os quesitos da defesa não precedem aos das circunstâncias agravantes.
- c) Súmula 351-STF: É nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.





d) Súmula 707-STF: Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.

e) Súmula 706-STF: É relativa à nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

#### Comentários:

**A - Correta.** O correto é: Súmula 366 - STF: Não é nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia.

**B - Incorreta.** O enunciado está adequado.

**C - Incorreta.** O enunciado está adequado.

**D - Incorreta.** O enunciado está adequado.

**E - Incorreta.** O enunciado está adequado.

#### 20. Aponte a alternativa incorreta dentre as que se seguem:

a) A falta de defesa é causa de nulidade absoluta.

b) A deficiência da defesa somente anula o processo se houver prova de prejuízo para o réu.

c) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais.

d) É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, inclusive nos casos de recurso de ofício.

e) As nulidades ocorridas posteriormente à pronúncia, deverão ser arguidas logo depois de anunciado o julgamento e apregoadas as partes.

#### Comentários:

**A - Incorreta.** Está de acordo com a previsão da súmula 523 do STF.

**B - Incorreta.** Está de acordo com a previsão da súmula 523 do STF.

**C - Incorreta.** É o teor do art. 568 do CPP.

**D - Correta.** É o teor da súmula 160 do STF. Todavia, o erro está na segunda parte, pois existe uma ressalva nos casos de recurso de ofício. Vejamos o verbete correto:



Súmula 160-STF: É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.

**E - Incorreta.** É nesse sentido o art. 571, V, do CPP.

Espero que tenha gostado.

Forte Abraço, querido Aluno.



*@alexandre\_segredo*



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.